

# **A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO COMO MÉTODO PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DAS IDEIAS JURÍDICAS NO BRASIL<sup>1</sup>**

## **THE SOCIOLOGY OF KNOWLEDGE AS A METHOD TO THE CONCRETIZATION OF STUDIES ABOUT THE HISTORY OF THE JURIDICAL IDEIAS IN BRAZIL**

### **RESUMO**

Trata-se de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo principal é o de realizar uma reflexão sobre o método concreto a ser utilizado quando da realização de um trabalho de história das ideias jurídicas no Brasil. Parte-se do entendimento de que é possível utilizar os métodos de trabalho daqueles pesquisadores que desenvolvem as suas pesquisas sob o rotulo de sociologia do conhecimento. Os resultados foram obtidos através de um estudo bibliográfico, precedido de um processo consciente de formação de um *corpus* de análise relevante. O dialogo com os autores especialistas na sociologia do conhecimento mostrou-se útil, sendo capaz de guiar o trabalho de pesquisa de história das ideias. Apesar das diferentes estilos de trabalhos foi possível a identificação de parâmetros comuns utilizados como condutores metodológicos, a exemplo, das ideias de geração, campo científico e vigência intelectual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia do Conhecimento; História das Ideias, método.

### **ABSTRACT**

This study has taken place at the Federal University of Pernambuco (Brazil). Its main goal is to carry on a reflection about the concrete method to be used when producing a study of history of the juridical ideas in Brazil. It begins with the understanding that it is possible to use the method of work of the researchers that produce studies labeled as “sociology of knowledge”. The results were reached thru an bibliographical study, preceded by an conscious process of construction of an relevant analyses’ *corpus*. The dialogue with the specialists authors in the sociology of knowledge has turned out to be

---

<sup>1</sup> Mário Sérgio Falcão Maia. Doutorando em Teoria do Direito na Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN).

very useful, been capable of guiding the study of the history of the ideas. Even considering the different methods of approach, followed by the different authors, it was possible to identify common parameters of work as, for example, the idea of generations, scientific field and intellectual vigency.

**KEY-WORDS:** Sociology of Knowledge; History of Ideas; Method.

### *1. Introdução*

A relação existente entre os ramos da produção acadêmica intitulados de “história das ideias” e “sociologia do conhecimento” não se encontra suficientemente esclarecida. É verdade que a proximidade entre as duas especialidades não pode ser negada, porém existem basicamente duas maneiras de se entender a relação existente entre os dois ramos: uma relação de igualdade, onde se entende as duas expressões como sinônimas (LOVEJOY, 1955, p.2), ou uma relação de subordinação, onde a sociologia do conhecimento é entendida como método adequado para a realização segura dos estudos de história das ideias (CHACON, 1969, p. 23).

Da leitura do título deste trabalho se infere que aqui a escolha foi pela segunda relação – a de subordinação. Isto não se deve a um entendimento que afirma categoricamente a existência de diferenças internas entre aqueles trabalhos rotulados de história das ideias e de sociologia do conhecimento. A escolha tem a ver, em primeiro lugar, com uma tentativa de se reforçar o entendimento de que trabalhos deste tipo – que refletem sobre o pensamento humano – não são exclusividade dos profissionais acadêmicos ligados aos departamentos de sociologia das Universidades. Assim, a escolha do rótulo “história das ideias” tem o objetivo de fortalecer o entendimento de que este tipo de estudo tem fundamentalmente uma vocação multidisciplinar e um contato estreito com a filosofia em particular.

Em segundo lugar a escolha desta tese interpretativa tem a ver com a filiação a uma tradição existente no ambiente institucional da Faculdade do Direito do Recife (hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco). Conectados diretamente ou indiretamente a este lugar institucional, criado em 1827 com o objetivo de formar a inteligência nacional, existe um grupo de pesquisadores que dialoga diretamente com a vertente alemã de produção de trabalhos reflexivos ligados à

formação da sociologia do conhecimento enquanto especialidade acadêmica (VEIGA, 1982; CHACON, 1969; SALDANHA, 2001; MACHADO NETO, 1965, 1979). Percebido isto, é possível inclusive afirmar que estes autores retornaram ao projeto de uma ciência reflexiva antes que este tipo de estudos se tornassem dominantes na Europa sob o rotulo de a “nova sociologia da ciência” a partir da década de 70 do século passado.

O objetivo principal deste estudo é o de produzir uma reflexão sobre o método concreto adequado para a realização de um trabalho de história das ideias do pensamento jurídico nacional. Método entendido como *caminho* a ser seguido, ou seja, o método enquanto organização prévia dos passos a serem dados para a realização de uma pesquisa científica consciente. Isto é de extrema importância quando se trata de garantir a confiabilidade em um trabalho que pode ser facilmente entendido como uma simples ficção literária, sendo este sempre um risco que se corre quando não se explicita as bases para a realização de um trabalho interpretativo/compreensivo como é o caso daqueles que se referem à história do pensamento.

A preocupação preponderantemente metodológica deste estudo permite-se entrever a sua filiação a um projeto de pesquisa de maior envergadura. Neste caso deve-se fazer menção a ligação deste estudo a um projeto principal que tem como objetivo final a elaboração de uma tese de doutoramento na própria universidade Federal de Pernambuco.

Este projeto de estudos para o doutoramento encontra-se em fase de execução e, mais especificamente, na sua fase intermediária quando se aproxima o final do segundo ano de leituras e se fortalece uma hipótese interpretativa capaz de orientar o desenvolvimento da pesquisa.

Dentro deste contexto é importante dizer que, além da reflexão puramente metodológica, este estudo tem como objetivo também a utilização desta reflexão com o intuito de se formar uma espécie de “tipo ideal” sobre o pensamento que se pretende abordar na tese, provisoriamente rotulado de “culturalismo existencialista”. A palavra “utilização” neste caso deve ser entendida como algo diferente de uma simples “aplicação”. O uso da reflexão metodológica que se propõe se aproxima mais da estrutura de um diálogo com o referencial teórico dos autores estudados. Pretende-se,

com isto, evitar a construção de estudos científicos fechados, ou seja, não abertos à crítica.

De maneira simples: este estudo primeiramente reflete sobre o caminho a ser seguido e, em seguida, começa a trilhá-lo. É esse caráter duplo e, especialmente, o estágio de formação de uma hipótese interpretativa em que se encontra a pesquisa principal que justificam o caráter fragmentário deste estudo.

## 2. *Formação do corpus de análise*

Para a realização deste estudo específico foi selecionada uma literatura básica de consulta que atentou especialmente para a relevância dos autores na formação e institucionalização dos dois ramos (sociologia do conhecimento e história das ideias) enquanto especialidades acadêmicas. Neste sentido é de se destacar o nome de dois autores: Arthur Lovejoy, reconhecido como um dos fundadores da moderna escola de história das ideias a partir da criação de um grupo de estudos nos Estados Unidos em 1923 na Universidade Johns Hopkins e Karl Mannheim que desde a publicação em 1929 do seu famoso livro *Ideologia e Utopia* é reconhecido como um dos fundadores da sociologia do conhecimento enquanto especialidade nascida da sociologia. Também em se tratando de autores clássicos deve-se fazer referência a Max Weber que, como se verá a seguir, foi o responsável pela criação de categorias fundamentais para a realização dos trabalhos posteriores de sociologia do conhecimento.

Além destes autores, o *corpus* de análise inicial foi composto também de trabalhos das gerações seguintes, especialmente aqueles que iniciaram a sua produção científica nas ciências humanas na década de 60 ou 70 do século passado naquele movimento que podemos chamar de “nova sociologia de conhecimento”. Autores brasileiros como Machado Neto, Vamireh Chacon e Nelson Saldanha – todos de uma mesma geração de juristas-filósofos-sociólogos – além de Pierre Bourdieu, responsável por uma renovação em termos de referencial metodológico para a realização de estudos de sociologia do saber.

A utilização da reflexão a partir da obra de autores de diferentes bases geográficas e tradições acadêmicas não resultou num trabalho artificial de junção de

fragmentos. Isto porque, a exceção de Lovejoy, todos os autores compartilham uma tendência à produção de trabalhos interpretativos/compreensivos recebendo a influência – em diferentes graus – de Max Weber.

### 3. *Síntese do trabalho de análise sobre o método*

Apesar das diferentes orientações concretas e dos diferentes objetos de estudo dos autores estudados, foi possível identificar uma tendência comum: primeiro há a construção – através de um processo dialético – da ideia que se pretende historicizar e, em seguida, há um processo que podemos chamar, com Mannheim, de imputação social, ou seja, um processo de verificação das relações existente entre o pensamento humano e o contexto de vida concreto de seu surgimento e desenvolvimento. Os dois itens que se seguem tem o objetivo de desenvolver esses dois polos de trabalho.

### 4. *A construção da ideia – a materialização do espírito*

Não é de se estranhar que o primeiro passo para a realização de um estudo de historia das ideias seja justamente a formulação em termos claros da ideia que sobre a qual se pretende falar. Neste caso, o falar sobre uma ideia significa ter consciência da sua estrutura, da sua gênese e do seu caminho e difusão no tempo histórico. Esta é primeira tarefa interpretativa do historiador das ideias, trata-se de um trabalho em que o pesquisador “reconstructs integral styles of thought and perspectives, tracing single expressions and records of thoughts which appear to be related back to a central *weltanschauung*, which they express.” (MANNHEIM, 1949, p. 276).

Para a identificação de uma ideia – ainda que os seus contornos específicos não tenham sido definidos – o cientista interessado na historia das ideias deve em primeiro lugar atentar para a forma utilizada para se comunicar certos conteúdos. Neste sentido é importante perceber que não se trata de uma separação rigorosa entre forma e conteúdo, é justamente o oposto disso já que se considera que junto às formas estão os conteúdos. Assim, o historiador das ideias pode perceber um determinado fenômeno pelo *estilo* de

divulgação utilizado pelos pensadores. Isto num trabalho semelhante ao historiador da arte que consegue, com base na contemplação da forma, localizar certa produção artística num determinado tempo histórico e num determinado clima cultural como a arte clássica ou barroca por exemplo. O historiador das ideias voltado para o ambiente científico perceberá, da mesma forma, se um determinado autor (pelo seu estilo de apresentação e de formulação de problemas) pertence a uma determinada corrente de pensamento como o marxismo, o existencialismo, etc<sup>2</sup>.

Acontece que a definição de contornos claros de uma ideia é um processo complexo que envolve a observação de fenômenos concretos e, depois de formulada a ideia em seus contornos mínimos, envolve a observação no sentido inverso, ou seja, da ideia para os fenômenos concretos (a produção científica de determinado cientista, por exemplo). Mannheim descreve bem este processo de retorno – da ideia ao concreto – afirmando que neste processo de imputação se deve tomar o tipo ideal minimamente formulado como uma indispensável hipótese de trabalho e a partir daí deve-se observar os trabalhos concretos dos autores/cientistas com a intenção de verificar “in what measure, in individual cases, these ideal-types were actually realized in their thinking.” (1949, p. 277). Utilizando-se deste processo de dupla imputação o cientista historiador das ideias é capaz de caminhar com firmeza de uma observação inicial fortemente intuitiva para um modelo de observação controlada e aberta à crítica.

Neste sentido, pode-se afirmar que a construção, por parte do pesquisador, dos contornos específicos capazes de identificar uma determinada ideia é feita através de um processo dialético (CHACON, 1969, p. 23). A sociologia do conhecimento tem justamente o papel de estudar a relação entre as ideias e o contexto de vida concreto no qual elas surgem e se propagam. Este contexto concreto foi chamado por Mannheim de fatos “existenciais” (1949, p. 240).

O exemplo mais claro deste processo complexo (e quase angustiante) de formulação dos contornos de uma ideia nos é dado pelo clássico trabalho de Max Weber intitulado de “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”. O destaque dado a palavra “espírito” na primeira publicação deste trabalho em 1904 indica o cuidado do autor em ressaltar as particularidades de um objeto de estudo que apesar de não ser algo

---

<sup>2</sup> Para a conexão história das ideias e das artes: MANNHEIM, 1949, p. 243; LOVEJOY, 1955, p. VIII.

concreto/material é algo que é percebido, e pode ser compreendido, através de ações realizadas pelos seres humanos de carne e osso.

Portanto, neste caso, trata-se de uma ideia estudada pelo autor a partir da observação concreta. É por esta razão que a palavra “espírito/*geist*” deve ser entendida neste trabalho não como sinônimo de algo sobrenatural, mas de algo produzido concretamente pelos seres humanos e que pode ser visualizado e estudado a partir da contemplação do seu comportamento. Nesse sentido são importantes as palavras de Weber quando trata de esclarecer o que se deve entender por “espírito”: “Se é que é possível encontrar um objeto que dê algum sentido ao emprego dessa designação, ele só pode ser uma *‘individualidade histórica’*, isto é, um complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, de ponto de vista da sua *significação cultural*.”(2004, p. 41).

Para percebermos isto com maior clareza é útil observar o processo de explicitação do objeto de estudo levado a cabo por Weber no trabalho mencionado. As suas observações concretas começam com a constatação de que há (havia) no ambiente alemão um caráter preponderantemente protestante dos proprietários do capital e empresários. (2004, p. 29). Em seguida busca o autor falsear, o que então era sua intuição inicial, avaliando diferentes justificativas – que não passavam pelo comportamento ético-religioso – para a existência deste fenômeno. Por exemplo, poderia se tentar justificar esta diferente proporção a partir da diferença herança econômica deixada pelo grupo dos protestantes. Assim ele vai afirmar que a “maior participação dos protestantes na propriedade do capital e nos postos de direção na economia moderna pode ser em parte compreendida como simples consequência da superioridade estatística de seu cabedal patrimonial historicamente herdado”. Porém este fator considerado isoladamente não pode ser considerado a causa deste fenômeno. (2004, p. 31).

O processo de fortalecimento de sua intuição inicial continua e ele vai perceber (através de dados estatísticos produzidos pelo seu próprio grupo de pesquisa) que existe uma tendência marcante do grupo de estudantes católicos de buscar uma formação humanística enquanto que os protestantes buscam o estudo e as profissões comerciais e industriais. (2004, p. 32). Somente depois de seguir estes passos ele enuncia – de maneira quase tímida – a sua hipótese interpretativa capaz de explicar a causa deste

fenômeno, ele o faz da seguinte maneira: “(...) Esses poucos exemplos já revelam, todos eles, uma coisa só: o ‘espírito de trabalho’, de ‘progresso’ ou como se queira chamá-lo, cujo despertar somos tentados a atribuir ao protestantismo (...)” (2004, p. 38).

A esta altura restava ainda esclarecer o que se deveria entender por “espírito do capitalismo”. Este seria justamente o principal objeto de estudo, ou seja, é sobre esta ideia que o estudo se desenvolveria. Neste ponto é importante observar novamente o caminho de produção de sentido que vai do concreto ao abstrato/ideia. Para falar sobre o espírito o autor novamente lança mão da observação do comportamento dos seres humanos concretos. Neste caso mais eficiente do que uma tentativa de conceituação fechada sobre o que significaria este “espírito” foi a estratégia utilizada por Weber que consistiu em descrever um documento concreto e afirmar que neste documento estava contida a ideia que ele pretendia isolar durante o seu trabalho de pesquisa. Este documento foi um sermão de Benjamim Franklin. (2004, p. 44). Depois de transcrever o documento ele vai dizer que “é Benjamim Franklin que nessas sentenças nos faz um sermão. Ninguém porá em dúvida que é o ‘espírito do capitalismo’ que aqui nos fala de maneira característica, e dúvida também não há em afirmar que *nem tudo* o que se pode compreender por este ‘espírito’ esteja contido aí.” Isto apesar de lembrar que “somente no decorrer da discussão se vai descobrir, e este é o seu principal resultado, como formular da melhor maneira o que entendemos aqui por “espírito” do capitalismo.” (2004, p. 42).

##### 5. *A imputação social ou contextualização concreta*

O trabalho de imputação social levado a cabo pelo cientista consiste na verificação das conexões existentes entre uma determinada forma de pensar e as condições existenciais no momento de vigência deste pensamento. Isto com o objetivo de perceber a influência do ambiente concreto de produção científica no produto desta produção, sendo o esclarecimento desta relação (que normalmente passa despercebida) a grande tarefa da sociologia do conhecimento.

A maneira concreta de se realizar este processo de imputação mostrou-se variável nos diversos autores estudados. Há, porém, algumas orientações básicas que se

repetem, como a observação por parte dos autores de questões como a distinção entre as diferentes gerações de pesquisadores e os conflitos e interações entre eles; a identificação de um campo específico onde se desenvolvem os trabalhos científicos e a relativa independência deste campo; a ideia de vigência intelectual, ou seja, a ideia de que existe um padrão “normal” de ciência dominante em determinados períodos históricos, além da análise dos aspectos referentes às tradições das instituições onde é produzido o saber científico.

Considerando o objetivo específico desta pesquisa que é o de encontrar indicações de como agir concretamente para a realização de uma pesquisa de história das ideias, procurou-se encontrar sugestões nos trabalhos estudados capazes de fornecer bases para um diálogo com os autores considerados paradigmáticos. Neste sentido a maior “lição” foi a de que se deve sempre tentar-se visualizar a estrutura o campo que se quer investigar. Resta sempre a pergunta sobre o que fazer para conseguir esta visualização. Além da necessária dose de criação pessoal do pesquisador – indispensável num trabalho como esse – é possível sempre se recorrer àquilo que já foi feito pelos pesquisadores do passado. É a identificação de tópicos de diálogo com estes pesquisadores que se passa a explicitar agora.

É fundamental destacar que a utilização da palavra “campo” neste contexto não se confunde com um espaço de delimitações físicas. Trata-se de um “espaço de possibilidades” de ação daquelas pessoas agrupadas num universo específico, isto é, relativamente isolado dos demais universos que compõem a vida social (BOURDIEU, 2010, p. 59 – 73). Assim, podemos visualizar o ambiente religioso, onde as pessoas tendem a falar sobre certos assuntos e se comportar de determinadas maneiras e temos o universo que mais interessa nesta pesquisa: o universo dos cientistas. Esses são apenas dois exemplos, deve-se esclarecer. Portanto o campo científico é o universo de regras de conduta, de expressão, de instauração e resolução de conflitos, etc., de uma “comunidade científica” (KUHN, 2011, p. 11).

Como dito, as estratégias utilizadas pelos autores para visualizarem a estrutura do campo científico foi variável, havendo, no entanto, algumas ideias constantes. A primeira delas é a identificação das diferentes “gerações” de atores atuando num determinado campo específico. O tema das gerações foi muito importante para a

percepção da estrutura do campo científico na medida em que permite a visualização mais fácil do constante movimento de luta existente no interior do campo.

Outro caminho utilizado pelos autores é a verificação do que Machado Neto chamou de *vigência intelectual*. Para ele esta expressão vai designar os “os usos costumes, modismos, valores, instituições, palavras, ideias, etc., que durante certo tempo, dominam a vida intelectual de uma dada sociedade.” (1979, p.211). Para este autor o trabalho estruturado daquele que faz uma pesquisa de sociologia do conhecimento deve incluir o levantamento de dados e a interpretação de três diferentes temas envolvendo o campo científico: o cientista, a sua obra e a vigência intelectual. (1979, p. 39).

Perceber a vigência intelectual de uma época é na verdade perceber como se falava e sobre o que se falava em um determinado período histórico, isso num sentido próximo daquilo que faz o historiador da arte, como vimos, que é capaz de perceber a mudança de perspectiva na criação e nos padrões da produção artística. Portanto, identificar a vigência intelectual é identificar a perspectiva majoritária a partir da qual são produzidos os trabalhos científicos. Quando se percebe então essa espécie de fluxo majoritário, que Tomas Khun chamou de “ciência normal”, automaticamente se percebe também aquilo que *não* é majoritário, ou seja, percebe-se aquilo que se pode chamar de ciência marginal. Esta ciência marginal é aquela produzida, de acordo com dogmas e pontos de vista específicos, por um grupo de cientistas em desvantagem na competição existente no interior do campo.

Nos itens a seguir a reflexão sobre o método aqui realizada será utilizada principalmente com o objetivo de se construir uma tese interpretativa capaz de orientar o trabalho principal da pesquisa a qual este estudo parcial se filia. Viu-se que o trabalho do historiador das ideias que utiliza o referencial teórico da sociologia do conhecimento como norte metodológico de sua pesquisa preocupa-se basicamente com a construção dos contornos de uma “ideia” e com o processo de imputação social que consistem em mergulhar esta ideia num contexto de vida concreto verificando a influência deste contexto na forma e conteúdo desta ideia.

No desenvolvimento que se segue estes diferentes momentos estão imbricados, difíceis de serem isolados em tópicos estanques. A ideia que se quer falar sobre é a de culturalismo como abordagem do direito e, mais especificamente, uma vertente desta

corrente que pretendemos identificar enquanto “culturalismo existencialista”. O trabalho que se segue é justamente o trabalho de aproximações sucessivas com o objetivo de esclarecer o que se quer dizer com esta expressão.

## *6. Sobre a abordagem culturalista do direito*

Como visto, a dificuldade para a definição dos contornos claros de uma “ideia” é talvez a maior barreira encontrada por aqueles que pretendem realizar um trabalho compreensivo. O exemplo maior desta espécie de angústia gerada pela necessidade de esclarecimento é o clássico trabalho de Max Weber (2011) “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”. Nele o autor tenta se aproximar, em movimentos sucessivos, da definição do seu objeto de estudo: o “espírito” do capitalismo.

Dificuldade semelhante encontra-se ao tentar definir os contornos da ideia rotulada de “abordagem culturalista do direito”. Para as aproximações sucessivas preferiu-se partir de uma contextualização concreta, localizando esta perspectiva de estudo no ambiente institucional da pesquisa brasileira. Em seguida, foi esboçada uma tentativa sistemática de exposição do argumento culturalista.

No universo da pesquisa e ensino jurídico brasileiro o movimento de especialização, que no Brasil pôde ser sentido especialmente com a reforma universitária de 1968, coincidiu com a recepção do positivismo jurídico-científico no ambiente teórico de produção jurídico-dogmática. Sendo este pensamento, principalmente na sua vertente Kelseniana, a base do que poderíamos chamar de “ciência normal” do direito no sentido atribuído a esta expressão por Thomas Kuhn (2011, p.29).

O que importa ressaltar é que a abordagem culturalista do direito nunca foi incorporada ao senso comum do jurista, ou seja, esta perspectiva de análise do direito foi sempre minoritária no universo preponderantemente dogmático do direito. É este aspecto de ciência marginal que torna possível a identificação da abordagem culturalista na história recente da pesquisa científica na Universidade Federal de Pernambuco.

Exemplo marcante desta abordagem em tempos recentes (principalmente entre as décadas de 1960 – 1980) são os trabalhos desenvolvidos por Nelson Saldanha. Nestes trabalhos, em sua maior parte divulgados na forma de ensaios, a abordagem culturalista se apresenta justamente como sendo uma espécie de olhar incomum sobre o direito. Por sua vez, este olhar é fundamentado numa ideia de ciência compreensiva, ou de diagnóstico, rotulada pelo autor de “histórico-crítica”.

Em todo caso é importante perceber que este ângulo incomum de abordagem do direito que marca o culturalismo pode ser mais facilmente visualizado quando se atenta para aquilo que o culturalismo não é: uma produção tecnológica voltada para a apoderação direta por parte do jurista praticante.

Em termos mais concretos pode-se afirmar que a produção culturalista do direito não se volta nem para a construção de uma teoria da norma, como nos clássicos trabalhos positivistas de Hart (1994) e Kelsen (2009), nem tampouco se volta para a elaboração de uma teoria de justiça. Isto para não falar na junção destas duas vertentes tradicionais do trabalho jurídico-filosófico representado pela estruturação de uma teoria material da norma como em Dworkin (2002) e Muller (2008).

O culturalismo enquanto corrente de pensamento nacional foi identificada e difundida por um grupo de juristas-filósofos – talvez o oposto – em meados do século passado. Apontado como pioneiro nesta identificação Miguel Reale funcionou como uma espécie de catalisador deste movimento que inclui autores de diversas gerações e bases geográficas como Luis Washington Vita, Antonio Paim, Paulo Mercadante, Lourival Vilanova, Gláucio Veiga, Vamireh Chacon, Machado Neto e Nelson Saldanha, dentre outros.

Apesar de identificada como uma construção teórico-filosófica pioneiramente nacional a perspectiva culturalista não se desenvolveu de modo autóctone. Representou um diálogo com fontes europeias com autores que vão desde Hegel a Husserl e Heidegger, de Karl Marx a Max Weber e Gadamer. (REALE:1992, 15).

Numa tentativa de construção sistemática pode-se tentar entender algo rotulado de “abordagem culturalista do direito” como uma espécie de lugar a partir de onde se pode contemplar e analisar o direito enquanto algo simbólico criado e transmitido pelos

seres humanos concretos, de carne e osso<sup>3</sup>. Assim, muito mais do que um catálogo de temas a abordagem culturalista do direito é um lugar no mundo; uma coordenada de mundo.

Portanto a característica distintiva do culturalismo enquanto abordagem do direito é encontrada numa espécie de *insight* percebido pelo cientista que consiste em analisar o direito como uma das produções culturais do homem num universo diferente daqueles objetos puramente naturais. Esta percepção foi exposta claramente por Machado Neto: “Enquanto a vida vegetal e animal esgotam-se no ambiente natural que lhes serve de habitat, o homem é esse raro ser vivo, o único cujo meio além do elemento natural, apresenta uma outra dimensão que é obra sua, a cultura.” (MACHADO NETO: 1965, 13).

### *7. O culturalismo na Faculdade de Direito do Recife – traços de existencialismo a partir de 1930*

A tese que se pretende desenvolver aqui é a de que houve no Recife o desenvolvimento de uma vertente do culturalismo que podemos classificar de “existencialista”. A palavra existencialista é utilizada com sentidos diversos na literatura filosófica e está tradicionalmente associada a autores como Heidegger, Sartre e Kierkegaard.

Neste estudo o existencialismo deve ser entendido enquanto percepção da finitude humana e da contemplação do concreto. Considerando isto, o existencialismo deve ser entendido como uma maneira não idealista de produção do conhecimento; uma maneira de se analisar o humano a partir da contemplação do seu contexto de vida concreto. Assim, o rol de autores existencialistas pode ser ampliado até incluir autores fortemente influentes no ambiente institucional da Faculdade de Direito do Recife a exemplo de Ortega y Gasset e Oswald Spengler.

O desenvolvimento desta tese não depende da identificação deste culturalismo existencialista enquanto *única* ideia a influir na produção científica no ambiente

---

<sup>3</sup> Para a formação desta imagem foi importante a de leitura: (TOMASELLO, 2003)

institucional da Faculdade de Direito do Recife. Certamente existiram outras ideias a marcarem também o “espírito” deste tempo específico, a exemplo do espiritualismo católico com base em Maritan.

O existencialismo está intimamente conectado ao sentimento de angústia e a percepção da experiência de um momento de crise, ou seja, trata-se justamente da constatação da existência de um movimento de mudança. Na Europa estes dois aspectos, responsáveis pelo reencontro do ser humano com ele mesmo, foram consequências decorrentes da sangrenta guerra no início do século passado.

Como dito antes, a cidade do Recife desde o século XIX se apresentava como uma cidade cosmopolita, tendo este sentimento de crise e angústia chegado e marcado profundamente aqueles que estavam na Faculdade de Direito a partir da década de 1930. Isto se deu principalmente através da leitura e debate em torno das ideias de Oswald Spengler no livro intitulado *A decadência do ocidente*. Esta influência foi tão forte e esteve tão presente no cotidiano de estudantes e professores da FDR que o historiador das ideias Nilo pereira, formado na década de 30, destacou a angústia como sendo o “tema” do seu tempo. Ele destacou em várias passagens do seu livro sobre a FDR a presença indiscutível de Spengler (PEREIRA, 1977, p. 247).

É de se perceber a semelhança entre a análise concreta do homem proposta por Spengler (1982, p. 43), que vai dizer “Naturalmente, e com boa razão, conta-se o homem entre os organismos da superfície terrestre.” e a perspectiva culturalista identificada já em Tobias Barreto.

Outra influência incontestável na produção científica recifense foi a obra de Ortega y Gasset. Junto com Spengler este pensador da vida humana foi presença marcante e duradoura em diversas gerações de professores e alunos da FDR. A sua presença espiritual foi marcante desde a década de 30 do século passado até a geração que se iniciou o seu processo de amadurecimento na década de 60 a exemplo de Nelson Saldanha, no Recife, e Machado Neto, em Salvador.

Outro elemento concreto para a identificação de traços existencialistas no ambiente institucional da FDR são os trabalhos de Evaldo Coutinho. Neste sentido uma comparação simples entre o espírito da produção deste autor recifense, intelectual ativo desde a graduação concluída na década de 1930, e o do trabalho de Heidegger não

deixam dúvidas sobre o caráter concreto das suas observações. Os seus trabalhos são marcados pela orientação visual e pela percepção quase obsessiva da finitude humana (COUTINHO, 1976).

Na geração imediatamente posterior à “Escola do Recife”, entre aqueles que, como Gilberto Amado nasceram ainda no século XIX ou, como Gilberto Freyre, na virada do século, desenvolveu-se certa aversão aos autores da Escola e principalmente a Tobias. Para estes autores o trabalho de Tobias era ainda muito abstrato e pouco focado nas questões concretas brasileiras. O germanismo de Tobias foi quase que ridicularizado sendo a sua empolgação com a língua e os estudos alemães comparados a de uma criança numa loja cheia de brinquedos. (FREYRE, 1977. P.7).

No caso específico dos Gilbertos Amado e Freyre o existencialismo foi marcante inclusive em termos de estética literária. A narrativa fluida e o vocabulário mais próximo da linguagem do cotidiano do que do universo científico foi suficiente para se criarem obstáculos ao entendimento deste “jeito proustiano” de se fazer ciência.

Gilberto Freyre, neste contexto, foi figura central na formação do universo científico recifense depois de cessada a influência direta da “Escola”. Principalmente depois da publicação de seu famoso livro *Casa grande e senzala* em 1933. Vamireh Chacon afirma ser possível identificar a existência de uma “Nova Escola do Recife” sob a liderança de Gilberto Freyre. (CHACON, 1992, p.82).

É curioso perceber que, mesmo tendo Gilberto Freyre uma aversão expressa a Tobias, a base da sua produção científica culturalista pode ser atribuída ao diálogo com o neokantismo alemão, o mesmo identificado na obra de Tobias Barreto por Miguel Reale. Além desta base alemã, o diálogo do culturalismo Freyreano se deu com o seu professor Franz Boas do qual foi aluno nos Estados Unidos da América. Por este papel de destaque merece Freyre uma atenção especial, principalmente atentando para as suas conexões com o ambiente institucional da FDR.

Num contexto ainda não marcado pela especialidade das ciências humanas no Brasil o contato de Freyre com o ambiente acadêmico do direito foi intenso. Assim, por exemplo, no dia 14 de maio de 1934, a convite dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife, Gilberto Freyre lê um trabalho intitulado de *O estudo das ciências sociais nas universidades americanas*. Em 1935 inicia, a pedidos dos alunos e designação do

ministro da educação, um curso de sociologia com orientação antropológica e ecológica na Faculdade referida. No mesmo ano pronuncia palestra no centro XI de agosto da Faculdade de Direito de São Paulo (FREYRE, 2010, p.195). Havendo ainda inúmeros outros exemplos do seu contato pessoal com o universo jurídico<sup>4</sup>.

É importante lembrar também a existência de pesadores jurídicos interessados na sua obra a exemplo de Miguel Reale que em 1959 escreveu estudo intitulado *A filosofia da história do Brasil em Gilberto Freyre*. É de se destacar, neste trabalho de união das peças deste mosaico interpretativo, a existência de trabalho de um dos mais destacados discípulos de Ortega – Julián Marias – sobre a ideia de tempo tríplice de Gilberto Freyre. (REALE, 1994, p. 183). Havendo registro nas memórias do autor recifense do grande interesse e admiração pelos trabalhos de Ortega.

Em síntese, o trabalho de Freyre foi marcadamente culturalista influenciando não apenas a sua geração, mas mantendo-se forte nos trabalhos das gerações seguintes. Muitas vezes de maneira explícita como nos trabalhos de Vamireh Chacon, de quem foi amigo, em outras de maneira menos explícita, por conta das origens culturais como nos trabalhos de Nelson Saldanha.

Gilberto Freyre “institucionalizou-se” de maneira paralela à Universidade Federal de Pernambuco que surgiu no ano de 1946. A sua institucionalização se deu com a criação do Instituto Joaquim Nabuco. Nem por isso pode-se dizer que o seu trabalho não teve uma influência direta no ambiente da Faculdade de Direito do Recife. Nilo Pereira vai dizer que a faculdade discutia a obra máxima de Gilberto Freyre, afirmando “(...) A obra de Gilberto Freyre abria novo caminho a vários saberes. Dentre os quais os jurídico-sociais.” (PEREIRA, 1977, p.308).

### **Referências:**

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

---

<sup>4</sup> Filho de pai formado na Faculdade de Direito do Recife, na geração posterior à “Escola do Recife”. P. 87. Em 1921 estuda “ciências sociais jurídicas” na Universidade de Colúmbia (EUA). Em 1944 vai à Faculdade de Direito de Alagoas e lê conferência sobre Ulysses Pernambucano. P. 197. Comparece a Faculdade de Direito de Recife para manifestação de regozijo em face da invasão da Europa pelos exércitos aliados. P. 198. Em 1945 comparece a Faculdade de Direito do Recife como orador oficial da sessão contra a ditadura. P. 198. Em 1959 apresenta trabalho na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. P. 202. Todas as páginas referentes à: FREYRE, 2010.

CHACON, Vamireh. *A primeira escola do Recife*. In *O pensamento de Tobias Barreto*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992.

\_\_\_\_\_. *Da escola do Recife ao código civil*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1969.

COUTINHO, Evaldo. *O lugar de todos os lugares*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n.28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FREYRE, Gilberto. Em torno da Faculdade de Direito do Recife. (prefácio) In PEREIRA, Nilo. *A faculdade de direito do Recife: ensaio biográfico*. Vol.I. Recife: UFPE, 1977.

\_\_\_\_\_. *De menino a homem*. São Paulo: Global, 2010.

HART, H.L.A. *The concept of Law*. 2ed. Oxford: University Press, 1994.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LOVEJOY, Arthur. *Essays in the history of ideas*. New York: George Braziller, 1955.

MACHADO NETO, A.L. *Teoria do direito e sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

\_\_\_\_\_. *Formação e temática da sociologia do conhecimento*. São Paulo: Convívio, 1979.

MANNHEIM, Karl. *An ideology and utopia: na introduction to the sociology of knowledge*. London: Routledge, 1949.

MULLER, Friedrich. *Teoria Estruturante do Direito*. São Paulo: RT, 2008.

PEREIRA, Nilo. *A faculdade de Direito do Recife: ensaio biográfico*. Recife: Universitária, 1977.

REALE, Miguel. A cultura no pensamento de Tobias Barreto. In *O pensamento de Tobias Barreto*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992.

\_\_\_\_\_. *Figuras da inteligência brasileira*. 2ed. São Paulo: Siciliano, 1994.

SALDANHA, Nelson. *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

VEIGA, Gláucio. *História das ideias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Universitária, 1982.

WEBER, Max. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.